



“A MOEDA SERÁ DE CÉSAR QUANDO FOR DE CÉSAR”: (RE)VISITANDO O DEBATE SOBRE OS FEMINISMOS NO BRASIL ENTRE O SÉCULO XIX E PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX¹

Telma Ferreira de Carvalho²

Doutoranda História (UFBA)



<https://orcid.org/0009-0006-7648-6715>

Recebido em: 22 de agosto de 2024

Aprovado em: 12 de setembro de 2024

RESUMO

O objetivo deste texto é revisitar o debate sobre os feminismos no Brasil entre o século XIX e a primeira metade do século XX, evidenciando dissonâncias e aproximações nas estratégias de atuação política de feministas vinculadas principalmente a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), a revista Brasil Feminino (BF) e feministas das classes populares, algumas, inclusive, de orientação comunista. A intenção é verificar a ação dessas mulheres, evidenciando a posição da poetisa Adelaide de Castro Alves Guimarães, que utilizou de uma postura sutil para colaborar ativamente com a BF desde o seu primeiro número, em 1932. Este periódico nasceu com uma face liberal, mas preservando o esqueleto do pensamento conservador ao se posicionar por um “feminismo racional”. A hipótese sustentada neste texto é de que Adelaide pode ser considerada uma “feminista silenciosa” que transitou,

¹ Este texto é resultado do seminário “Adelaide de Castro Alves Guimarães e os feminismos no Brasil entre os séculos XIX e XX”, apresentado na disciplina “Historiografia e Movimentos Sociais”, ministrada pelo Professor Dr. Carlos Zacarias de Senna Junior. A referida matéria foi cursada no semestre 2023.2 e fez parte do quadro de disciplinas ofertadas para as turmas do Doutorado em História (PPGH-UFBA).

² Doutoranda em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal da Bahia/UFBA. Possui mestrado (2019), bacharelado e licenciatura em História (2016), pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (UFBA). Graduada em Museologia (bacharelado) com habilitação em Museu de Arte e Museu de História (2011), pela mesma instituição. E-mail: bvt.carvalho@gmail.com.



sem embaraço, entre as feministas conservadoras e liberais da chamada “primeira onda”, que disputavam uma liderança nacional feminista. Como conclusão, o texto aponta a importância desse debate para a compreensão das disputas atuais em torno do termo “feminismo” e enfatiza a urgência da união de forças contra retrocessos que insistem em comprometer o próprio exercício democrático no tempo presente.

PALAVRAS-CHAVE

Primeira onda feminista no Brasil; Brasil Feminino; Adelaide de Castro Alves Guimarães.

Introdução

O feminismo é uma urgência no mundo. O feminismo é uma urgência na América Latina. O feminismo é uma urgência no Brasil. Mas é preciso afirmar que nem todo feminismo liberta, emancipa, acolhe o conjunto de mulheres que carregam tantas dores nas costas. E não é possível que nosso feminismo deixe corpos pelo caminho. Não há liberdade possível se a maioria das mulheres não couber nela³.

Evocar a potência desse texto “manifesto” para abrir este artigo, que evidencia movimentações políticas no interior das disputas feministas no tempo em que se convencionou designar “primeira onda feminista”, faz todo o sentido uma vez que este foi escrito em um contexto político que pede novos olhares para as lutas das mulheres e mulheres feministas do passado para nos lembrar que, a despeito das diferenças e conflitos no interior

³ Talíria Petrone, “Prefácio à edição brasileira”, in: Cinzia Arruzza; Tithi Bhattacharya; Nancy Fraser, *Feminismo para os 99%: um manifesto*, São Paulo, Boitempo, 2019, p.11.



dos grupos, muitas conquistas foram adquiridas pela união de forças em momentos estratégicos.

O referido manifesto propõe a inclusão dos corpos em suas diversas configurações. Um convite pela união de sujeitos invisibilizados para uma tarefa que importa a todos e a todas objetivando assegurar direitos adquiridos, galgar novos e, ainda, oferecer um aporte teórico e psicológico para a continuidade da movimentação política que envolve, inclusive, a retomada da potência semântica do próprio termo “feminismo”, desgastado ao longo do tempo pelas investidas antifeministas.

Os embates em torno da expressão “feminismo” são constantemente renovados e têm mobilizado afetos os mais diversos dentro e fora dos movimentos sociais. Desde o século XVIII até o século XX (isso pensando nos usos positivos do conceito), este é utilizado para evidenciar grupos de mulheres que, coletivamente, reivindicaram melhores condições de vida, inventando formas de existir para resistir às violências do patriarcado que sofisticam, cada vez mais, os mecanismos de dominação a fim de assegurar os seus privilégios e poder.

Esta leitura, apesar de correta, desidrata a batalha de sujeitos que nem sempre conseguiram se posicionar publicamente de forma articulada em torno de uma determinada bandeira. Comungo da posição de Constância Lima Duarte (2019), que defende que o feminismo

deveria ser compreendido em um sentido mais amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, por iniciativa individual ou de grupo. Somente então será possível valorizar os momentos iniciais dessa luta – contra os preconceitos mais primários e arraigados – e considerar aquelas



mulheres que se expuseram à incompreensão e à crítica, nossas primeiras e legítimas feministas⁴.

O que importa marcar aqui, sem desconsiderar outros posicionamentos feministas importantes em atuação na contemporaneidade, é que se trata de uma luta ampla contra práticas sexistas e, sobretudo, contra o sexismo institucionalizado (patriarcado) em defesa de práticas feministas; práticas que não percam do horizonte as opressões no interior do sistema capitalista⁵. A ideia do “feminismo para todo mundo” contempla movimentos que aproximem, também, homens como grupo, pois são os maiores beneficiados com o sistema patriarcal, e também outros sujeitos sociais contra as opressões as mais diversas⁶.

O objetivo deste texto é evidenciar esse despertar das mulheres brasileiras a partir de meados do século XIX, momento em que elas viviam “enclausuradas em antigos preconceitos e imersas numa rígida indigência cultural”⁷. Interessa, além disso, situar entre essas mulheres a posição da poetisa baiana Adelaide de Castro Alves Guimarães (1854-1940), conectando a sua postura política no contexto de atuação de mulheres na primeira metade do século XX, especificamente até 1937 e um pouco além. Adelaide foi uma das mulheres que ousou viver da pena e conseguiu visibilidade pública entre intelectuais no Brasil, publicando textos em diversas revistas, se envolvendo em atividades culturais, sobretudo no Rio de Janeiro, até a sua morte, em 1940. Os textos literários de Adelaide possuem uma retórica que apresenta sutilezas de

⁴ Constância Lima Duarte, “Feminismo: uma história a ser contada”, in: Ângela Arruda [et al], (Org.), Heloisa Buarque de Holanda, *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*, Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019, p.25-47.

⁵ Bell Hooks, *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*; Libanio Bhuvi (trad.), 21ª ed., Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 2019, p.13.

⁶ *Ibidem*.

⁷ Duarte, “Feminismo: uma história a ser contada”, p.27.



teor político que exigem um olhar cuidadoso para alcançar. A discrição era uma estratégia de poder apreciada por Adelaide que tinha como herança uma educação do Antigo Regime, mas não se furtou aos debates na aurora republicana.

Entre as décadas de 1920 e 1930, o Brasil estava imerso em transformações sociais, políticas e culturais importantes. Foram anos de mobilizações por acesso a melhores condições de trabalho, disputas políticas no interior do braço armado do Estado, emergência do movimento modernista e, nesse cenário movediço, estavam as mulheres disputando maior participação na arena pública. Portanto, foi uma paisagem de instabilidade política que forneceu as condições para o golpe de estado em 1930 realizado por forças militares lideradas por Getúlio Vargas. Trata-se de um tempo onde as pautas das mulheres pelos direitos sociais sofreram modificações por conta da emergência do Estado Novo (1937 – 1945), seguido por desdobramentos políticos e culturais específicos que moveram os atores políticos do Brasil em consequência da conjuntura global no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Foi nessa gestão de face autoritária que o governo Vargas, em um dos seus decretos, outorgou o sufrágio feminino em fevereiro de 1932⁸. Um gesto em resposta às diversas articulações de mulheres que uniram forças e souberam fazer alianças com políticos importantes e mobilizaram a arena política do país. Em 1928, por exemplo, em São Paulo, Bertha Maria Julia Lutz, junto com ativistas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), Carmem

⁸ DECRETO Nº 21.076, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1932. Talvez a aproximação da Senhora Darcy Sarmanho Vargas com as feministas vinculadas a revista Brasil Feminino (BF) e ao grupo da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) ajude a compreender melhor essa decisão do governo Vargas.



Veloso Portinho e Maria Amália Faria, lançou de um avião panfletos sobre a cidade, reivindicando o direito ao voto das mulheres⁹.

É um contexto com várias frentes de batalhas. Em uma das posições estava a atuação do Partido Comunista, que se mobilizava desde 1922, se robustecendo e expandindo a sua influência entre os operários e operárias das grandes cidades e nos recônditos do país onde o Estado negligenciava. Em termos de exemplo de militância comunista, os nomes mais conhecidos e citados são os de Luiz Carlos Prestes, Olga Benário e da feminista Patrícia Rehder Galvão (Pagu), embora saibamos da existência de uma rede composta por homens e mulheres que atuavam no Partido e pagaram um preço alto por se posicionarem a favor da classe trabalhadora.

Esses e outros nomes mencionados, para ilustrar um pouco o que foi a década de 1920 e 1930 para as lutas feministas, abriram caminhos para mulheres se mobilizarem em grupos, disputarem direitos políticos e batalharem, cada uma à sua maneira, por justiça social. É nesse cenário que a denominação “feminismo” aparece claramente sendo disputada por mulheres com posicionamentos ideológicos, nem sempre convergentes, mas sinalizando para uma pretensão de representação nacional feminista. É pertinente observar, ainda, que muitas mulheres, que hoje consideramos feministas por suas posturas políticas no contexto, não se diziam feministas à época, sobretudo mulheres das classes trabalhadoras. Essa postura muitas vezes é lida como um distanciamento dessas feministas das lutas de outras feministas de orientação liberal com projeção no debate público nas primeiras décadas do século XX;

⁹ Dora Barrancos, “Brasil”. In: *História dos feminismos na América Latina*, Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2022, p.184.



uma visão que, ao meu ver, simplifica a compreensão das relações sociais e de poder e não dão conta de questões mais gerais importantes¹⁰.

Essa discussão se conecta com a biografia da poetisa Adelaide que, como dito, colaborou com a revista Brasil Feminino (BF) desde a sua fundação e tinha vínculos estreitos de amizade com parte importante do corpo editorial da revista, principalmente com Iveta Ribeiro, a diretora do periódico¹¹. A BF nasceu mobilizando premissas do pensamento liberal e caminhou, a cada número, para um conservadorismo nacionalista que abriu brechas para as investidas estratégicas de Plínio Salgado, hoje conhecido como o primeiro teórico e representante do fascismo brasileiro¹². Apesar da postura política clara

¹⁰ A menção ao feminismo de orientação liberal aqui se aproxima da definição de “feminismo liberal” de Joana Maria Pedro (2006), que entende o feminismo liberal como “o movimento que luta pela promoção de valores individuais, pela igualdade entre homens e mulheres, e que reivindica leis que promovam essa igualdade completa”. Ver: Joana Maria Pedro, *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos*, Revista Brasileira de História, São Paulo, v.26, n.52, 2006, p. 271.

¹¹ A filha de Adelaide, a poetisa e desenhista Regina Gloria Castro Alves Guimarães também colaborava com a revista, publicava poemas, participava como assistente dos jurados de concursos organizados pelo periódico e, inclusive, desenhou e assinou algumas capas da BF.

¹² Desde meados do século XIX, as disputas entre políticos que se identificavam como liberais e conservadores alimentaram os repertórios dos letrados que se destacavam, à época, no debate público brasileiro. Há uma produção profícua na historiografia brasileira que se dedica a pensar as contradições entre as ideias liberais e o conservadorismo no contexto brasileiro. De acordo com Bernardo Ricúpero (2007, p.41), a referência ao liberalismo no Brasil (ainda no século XIX) teria base real, até porque o país já fazia parte do capitalismo mundial, embora tenha encontrado um lugar para o Brasil na divisão internacional do trabalho, fazendo uso da escravidão para se inserir entre “as nações ditas civilizadas”. Portanto, uma das contradições da forma como o liberalismo foi inserido no Brasil é o fato de relativizar a premissa principal do pensamento liberal clássico: a liberdade soberana dos indivíduos. Trata-se de um liberalismo econômico que desconsiderou as implicações das formas de trabalho no Brasil escravista e acabou por favorecer a causa da Abolição, conforme destacou Ricúpero. Os movimentos sociais em disputa nas décadas de 1920 e 1930 carregavam os efeitos dessa forma engenhosa de inserção do liberalismo no Brasil. Neste texto, estou utilizando a expressão “tendência liberal” e “conservadora” tendo em conta o distanciamento dos discursos dos liberais clássicos e as demandas que o território brasileiro apresentava. De modo que muitos liberais tinham um pé no conservadorismo, no sentido de preservar um apreço especial pelas instituições. Não significa dizer que as ideologias liberal e conservadora não são autoritárias. Por outro lado, em um contexto de crise generalizada como é o caso do contexto e período em análise, essas doutrinas penderam para o autoritarismo. Para um aprofundamento sobre as origens e premissas do pensamento liberal e conservador clássicos, além dos usos políticos da noção de



da BF, um olhar desatento poderia afirmar que Adelaide não teria se engajado publicamente nos debates feministas. Entretanto, o fato de não se colocar nas disputas de forma cristalina não significa que ela não fizesse a defesa e/ou colaborasse com as pautas feministas à sua maneira.

No número seis da BF de julho de 1932, por ocasião da morte da médica e poetisa baiana Francisca Prager Fróes, a diretora Iveta Ribeiro escreve o texto “*In-Memorian*” para, a um só tempo, homenagear a feminista com uma breve biografia, e defender o seu “feminismo racional” destacando trechos da produção intelectual pública de Prager onde destacou definições em que a médica diferenciava o feminismo que defendia dos demais feminismos. Iveta Ribeiro abre o texto expressando a colaboração de Adelaide para a homenagem:

Pelas mãos dadivosas de D. Adelaide de Castro Alves Guimarães, a bahiana ilustre que tanto enobrece o rincão brasileiro que lhe foi berço, foi-nos trazido um livro em que se perpetua a memória da Dr^a Francisca Prager Fróes, outra bahiana ilustre que legou à pátria e a família a obra magnífica de sua vida exemplar¹³.

Esse documento apresenta elementos ricos para análises sobre afecções que mobilizaram mulheres a se afinarem com o pensamento conservador no

liberdade, caro às duas tendências modernas no Brasil dos séculos XIX e XX, sugiro os seguintes títulos: Bernardo Ricúpero, “Existe um pensamento político brasileiro? ou As ideias e seu lugar”, in: *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*, São Paulo, Alameda, 2007, p.31-47, e o texto do mesmo autor, “O conservadorismo difícil”, in: Gabriela Nunes Ferreira e André Botelho, *Revisão do pensamento conservador*, São Paulo, Hucitec, Fapesp, 2010, p.76-94. Em termos de uma investigação especificamente sobre o pensamento conservador progressista, sugiro a leitura da obra de João Pereira Coutinho, *As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários*, São Paulo, Três Estrelas, 2014.

¹³ Iveta Ribeiro, “*In-Memorian*”, *Brasil Feminino*, nº 3 – jul., (1932), p.6, <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/160733/267>. Acesso em 16 de ago. 2024.



Brasil dos séculos XIX e XX¹⁴. Entretanto, para o que nos interessa no documento *"In-Memórian"*, destaco duas informações relevantes para a nossa análise. Primeiro, o sentido político no ato de Iveta Ribeiro ao realçar publicamente os atributos intelectuais de Adelaide, sua origem e parceria. O segundo, é o teor do material que Adelaide lhe ofereceu (um livro com considerações sobre feminismos de autoria de uma médica reconhecida pelos trabalhos científicos dedicados a estudos sobre patologias em mulheres e bebês do sexo feminino). Esses elementos serviram como dispositivos políticos importantes e possibilitou a diretora da BF, a um só tempo, garantir o estreitamento da sua relação de cooperação com Adelaide e legitimar a defesa do "feminismo racional" para o seu público leitor.

No documento em questão, Ribeiro lamenta a morte da médica, "exemplo do que será a feminista moderna" no contexto em que se intensificavam os debates em "torno do projeto de lei que concede à mulher brasileira o direito do voto"¹⁵. Ao utilizar a expressão "feminista moderna" para marcar o lugar social e político da homenageada, Iveta Ribeiro expressa sua filiação intelectual com o feminismo liberal ocidental. Francisca Fróes era uma perna da FBPF na Bahia, uma médica vinculada a Faculdade de Medicina da Bahia e fazia parte do corpo editorial da Gazeta Médica da Bahia, fundada pela faculdade em 1866. De modo que, em uma leitura do conjunto e tendo em conta a forma como a escritora abriu o texto, esse documento apresenta indícios que nos permitem afirmar a sintonia entre a posição política de Iveta Ribeiro e a de Adelaide Guimarães. Adelaide tratou de construir para si uma imagem pública

¹⁴ Interessante observar que as expressões "pátria" e "família", que faziam parte do repertório integralista com o lema "Deus, Pátria e Família", já apareciam nos textos de Iveta Ribeiro e de algumas mulheres que publicavam na BF desde o 1932.

¹⁵ Ribeiro, *"In-Memórian"*, BF, p.6.



“bem-comportada”, postura que nos ajuda a pensar o perfil das articulações de feministas entre meados do século XIX e primeira metade do século XX¹⁶.

Este texto não busca fazer uma revisão teórica sobre a história do feminismo no Brasil. Esse trabalho já foi feito, com muita competência, por intelectuais feministas notáveis, como a própria Céli Regina Pinto Jardim, conforme citado. O objetivo, aqui, é direcionar o foco às mulheres que, a despeito das condições objetivas de suas vidas e posturas políticas que não necessariamente concordamos hoje, ousaram tencionar com a dominação masculina e patriarcal do período. Apesar do contexto político de desmobilização causado pelo autoritarismo do Estado Novo que intensificou a campanha anticomunista coroadas com os eventos de 1935, Iracélli da Cruz Alves lembra como grupos de mulheres feministas de orientação comunista, que disputavam a construção de uma frente ampla nacional, conseguiram se articular e formar representações importantes para lutarem por objetivos comuns contra o autoritarismo do governo Vargas. Nesse sentido, a autora cita o exemplo da articulação entre o Instituto Feminino de Serviço Construtivo (IFSC), grupo que agregou forças e fundou em 1949 a Federação de Mulheres do Brasil (FMB), com as mulheres vinculadas à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), criada em 1922, para enfrentar as novas demandas¹⁷.

Nesse cenário de embates entre as tendências feministas que, no pós-guerra, se reconfiguraram e ganharam a cena pública, a frustração do movimento de mulheres no contexto da guerra fria forçou posicionamentos

¹⁶ Sobre o “feminismo bem-comportado”, ver: Céli Regina Jardim Pinto, *Uma história do feminismo no Brasil*, São Paulo, SP, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

¹⁷ Iracélli da Cruz Alves, “Feminismo, Comunismo e Democracia no Brasil: disputas em torno da construção de uma frente única de mulheres (1945-1949)”, *Anos 90, Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, v. 29, (2022), p.1-19, <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9133732>, acesso em 01 jul. 2024.



políticos de parte a parte que repensaram as suas estratégias. A FBPF que tinha comunistas nos seus quadros, por exemplo, sofreu a pressão do contexto político mais geral e optou por uma “declarada oposição às comunistas” após 1952¹⁸. Esse debate vai um pouco além dos nossos propósitos, mas serve para ilustrar como as disputas no interior das batalhas feministas têm uma historicidade que nos ajuda a refletir acerca da complexidade e contradições das novas agendas em torno dos usos do termo “feminismo” no momento em que este texto foi pensado.

As posições políticas das feministas contemporâneas a Adelaide Guimarães, embora algumas tenham contribuído indiretamente para a fragmentação do próprio movimento com as alianças políticas que fizeram, operaram avanços importantes para as mulheres que reorganizaram as suas estratégias. A pauta pela educação científica das mulheres, demanda que já tinha sido sinalizada por Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) e outras mulheres feministas do século XIX, ofereceu um horizonte para aquelas que se lançaram no debate público. O ponto aqui é lembrar, ainda, que mesmo as mulheres que pertenceram aos quadros das elites e negociaram com o poder patriarcal, como boa parte das lideranças da BF, da FBPF e da própria Adelaide, não escaparam do peso da feminilidade¹⁹.

A pretensão deste texto é colaborar com produções que evidenciaram nomes de mulheres brasileiras que enfrentaram toda a sorte de preconceitos ao ousarem fazer uso da pena como meio de vida e/ou arma política. Nesse

¹⁸ *Ibidem*, p.13.

¹⁹ O conceito “feminilidade” mobilizado aqui segue a leitura da psicanalista Maria Rita Kehl que o define como formas sociais fundadas na diferença das funções reprodutivas, masculina e feminina. Nessa seara, de acordo com os discursos cientificistas da modernidade, as mulheres, em virtude da particularidade de seus corpos, teriam por destino a maternidade e, portanto, o lugar social para o exercício da sua potência – “natureza feminina” –, seria na família, no espaço doméstico. As mulheres, “o Outro do discurso” dos homens, não se ajustaram a essas concepções sem algum nível de protesto. ver: Maria Rita Kehl, *Deslocamento do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*, 2ª ed., São Paulo, Boitempo, 2016, p.56.



sentido, este texto está dividido em duas partes. A primeira faz um apanhado sobre a atuação estratégica e política das feministas pioneiras no Brasil dos séculos XIX até meados do XX, considerando a posição da poetisa Adelaide Guimarães no contexto e, em seguida, sinaliza para a atualidade do debate destacando a necessidade de ampliar as alianças contra retrocessos no caminhar para a cidadania plena no Brasil²⁰.

“O facho do progresso”: a Educação como estratégia de luta feminista no Brasil

Preconceitos vãos são sempre fragilidades que se aniquilam pela própria fraqueza: consome-os o tempo²¹.

Abrir esta seção sobre o potencial da educação como estratégia na luta pela emancipação feminina com esse texto lúcido da escritora e militante feminista Josefina Álvares de Azevedo (1851-1905) não é sem propósito. Josefina Azevedo é um dos nomes entre mulheres letradas que encararam preconceitos ferozes partidos de mulheres e de homens, que a levou a ajustar a sua pena, ora “mais vigorosas” ora “mais adestradas”, para dar prosseguimento à defesa pública pela causa da emancipação da mulher.

A agenda de feministas pela educação especializada de mulheres no Brasil é um tema pouco explorado no debate público. Muitas mulheres, que hoje consideramos feministas, utilizaram a imprensa desde o final do século

²⁰ A propósito dos debates sobre a construção da cidadania no Brasil, ver: José Murilo de Carvalho, *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

²¹ Josefina Álvares de Azevedo, *A mulher moderna: trabalhos de propaganda*, Brasília, Senado Federal, 2ª ed., 2019, p.18. (Coleção escritoras do Brasil). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/563266>.



XVIII para se manifestarem publicamente e lembrar aos poderes públicos, liderados por homens, e a sociedade patriarcal como um todo, que o problema da desigualdade entre homens e mulheres não se tratava de uma inaptidão natural das mulheres para a ciência e/ou para o exercício de atividades públicas, mas por serem negados a elas o acesso ao ensino especializado. Para o caso do Brasil, a pauta da educação feminina estava presente nos textos de muitas feministas pioneiras, tanto nas reivindicações das mulheres das elites que tinham maior visibilidade pública, o caso de Josefina, como entre as feministas das classes trabalhadoras, sobretudo na primeira metade do século XX. Não se tratava apenas de demandas das mulheres dos grupos dominantes, embora as operárias tivessem enfatizado aspectos voltados para atender a questões mais imediatas, o fato é que elas também manifestaram publicamente o desejo de espaço para o exercício de atividades direcionadas ao aprimoramento intelectual.

A primeira obra de referência feminista em destaque no Brasil é a tradução do manifesto pelo direito das mulheres de Mary Wollstonecraft, *Vindication of the Right of Women* (1792), feita por Nísia Floresta Brasileira Augusta com o título *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, em 1832. Trata-se de uma tradução livre onde Nísia Floresta destacou que o essencial da sujeição da mulher, “o infeliz sexo” que “tem sido injustamente condenado, privado das vantagens de uma boa educação”, nada tem a ver com a suposta inferioridade natural da mulher em relação ao homem, mas porque lhes foi dado uma “autoridade” que garante o direito a “usurpação” do poder das mulheres²². Nísia Floresta fundou escolas para meninas e, em 1849, precisou se

²² Nísia Floresta Brasileira Augusta; Wollstonecraft, Mary. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, 4. ed., atual. São Paulo, SP, Cortez, 1989, p.22-32.



mudar para Paris, onde foi uma das seguidoras de August Comte, o famoso criador do positivismo²³.

Essa ênfase na necessidade da educação das mulheres feita por Nísia Floresta foi uma estratégia das feministas pioneiras para fazer circular na imprensa o debate público sobre as condições de subordinação das mulheres em relação aos homens. Trata-se de uma percepção que era compartilhada por feministas no contexto internacional e tinha ecos no Brasil. A propósito, June Hahner lembra que “O Jornal das Senhoras”, cujo primeiro número foi lançado no Rio em primeiro de janeiro de 1852, afirmava em seu editorial que tinha por objetivo “trabalhar para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher e culpava os homens e o egoísmo masculino pela condição desafortunada em que as mulheres se encontravam²⁴. Esse jornal era editado por Joana Paulo Manso de Noronha, uma argentina que morava no Brasil e colaborava com jornais e textos literários que eram publicados no país à época.

Com um discurso mais ou menos moderado, o tema da necessidade da educação da mulher estava presente nos textos de mulheres contemporâneas a Nísia Floresta e permaneceu em toda a primeira fase dos movimentos feministas no Brasil.

É interessante frisar que tanto Nísia Floresta quanto Joana Noronha, de forma estratégica, enfatizaram a necessidade de um diálogo entre homens e mulheres para a resolução do problema da desigualdade da posição entre os gêneros. Não são textos que atribuem aos homens a responsabilidade pela manutenção da opressão da mulher. Não atacaram as instituições diretamente, mas essas ideias estavam nas entrelinhas dos textos e por isso sofreram tantos

²³ Barrancos, “Brasil”, p.182.

²⁴ June Hahner, *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*, São Paulo, SP, Brasiliense, 1981, p.35.



questionamentos por parte de homens e mulheres conservadores (as) do seu tempo.

A denúncia do egoísmo do homem também foi feita em textos publicados na revista Brasil Feminino (BF). Ela aparece, por exemplo, no texto de Albertina Silveira, que convocou os homens a não temerem por estarem “vendo quebrar os últimos grilhões que acorrentavam a tua companheira a um cativeiro” e alerta para “o facho do progresso” e com o uso da racionalidade na “civilização nova”, “a moeda será de César quando for de César”²⁵. A necessidade de se posicionar pelos direitos das mulheres e denunciar o “egoísmo dos homens” que não permitia às mulheres a liberdade para “viver realmente” resultou do acesso que teve aos primeiros números da BF que, segundo disse, a despertou do “desânimo” em que vivia. Os ecos do liberalismo ocidental nos primeiros números da BF parecem ter tocado Albertina Silveira de forma profunda, de modo que fez uso engenhoso de uma das referências mais marcantes de orientação cristã, “O que é de César, devolvi a César, e o que é de Deus, a Deus”²⁶. Ao afirmar que “a moeda será de César quando for de César” para defender a liberdade da mulher, a autora lança dúvidas sobre a legitimidade das benesses desfrutadas pelos homens adquiridas sob a justificativa da suposta racionalidade superior masculina. Albertina estava diante da emergência de signos da modernidade ocidental em disputa no Brasil, e aproveitou esse “facho do progresso” que evidenciava os elementos do atraso do país para se colocar na cena pública.

A Brasil Feminino nasceu, como dito, com um perfil que, a depender da inclinação, pendia mais para o conservadorismo; mobilizava argumentos

²⁵ Albertina Silveira, “Feminismo: a questão social resolvida pela mulher”, Brasil Feminino, nº 4, Mai. 1932, p.20, <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=160733&pesq=&pagfis=172>, acesso em 01 jul. 2024.

²⁶ “O tributo pago a César”, in: *Bíblia Sagrada*, Edições CNBB, 3ª edição, 2019, Mateus 22, p.1377.



liberais, se posicionava por um “feminismo racional”²⁷, e, a partir de 1937, se tornou veículo de propaganda da Ação Integralista Brasileira (AIB). A AIB foi um movimento autoritário, ultraconservador e de intenso nacionalismo, criado em 1932, com o propósito de, entre outras questões, indicar o seu líder, Plínio Salgado, às eleições constitucionais diretas com previsão para o ano de 1938. O posicionamento ideológico dessa revista, uma produção de acordo os seus editoriais, “da mulher, para a mulher, pela mulher”, deve ser analisada tendo em conta os dois momentos já referidos: o período inicial em que a revista se posicionou em prol dos direitos civis e políticos das mulheres, e os últimos números que cederam lugar a divulgação da agenda integralista²⁸.

Os editoriais da BF, ao se posicionarem por um “feminismo racional” e, com isso, tonificar a diferença de outros feminismos, acabaram por contribuir para invisibilizar o esforço de outras mulheres de seu tempo que assumiam uma posição de enfrentamento direto contra a opressão social/patriarcal estabelecida. São mulheres trabalhadoras que tinham posturas mais combativas em virtude do seu próprio “lugar social”²⁹. Eu diria que são mulheres que possuíam pouca coisa ou nada a perder. Um lugar em que a agenda política contemplava desde reivindicações por melhores condições de trabalho e moradia, por direitos políticos, até demandas por tempo livre para o aprimoramento pessoal, por meio da educação, igualdade de gênero,

²⁷Um feminismo de discurso ponderado, proposto por mulheres das elites que não questionavam, abertamente, estruturas que sustentavam os papéis de gênero.

²⁸Sobre essas fases da revista *Brasil Feminino*, ver: Linaia Palacio de Vargas, *Brasil Feminino: disputas discursivas, alianças políticas e escritas de mulheres na imprensa entre 1932 e 1937*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020, p.40.

²⁹ Para utilizar a formulação de Michel de Certeau em *A Escrita da História*, 1982.



sexualidade, verificado na postura um pouco mais combativa da feminista Maria Lacerda Moura, por exemplo, mas não só³⁰.

Essas mulheres trabalhadoras, entre elas operárias e profissionais autônomas, mulheres excepcionais pelas suas práticas de lutas cotidianas, acolhiam um conjunto maior de “mulheres que carregaram tantas dores nas costas” e nenhum amparo dos poderes públicos. Essas feministas orgânicas ofereceram as condições de possibilidades para a atmosfera política que foram alargadas pelos movimentos feministas no Brasil que, por sua vez, foram influenciados pelos debates e lutas no contexto internacional após 1960³¹.

O tema dos direitos políticos aparece nos textos de autoria de mulheres publicados no início do século XIX. Entretanto, ações efetivas nessa direção só vão aparecer no final do século. Em 1881 a dentista gaúcha Isabel de Souza Matos, fazendo uso da lei que facultava o voto para portadores de títulos científicos, requereu o direito de se alistar. Conseguiu a vitória, mas teve o seu direito suspenso quando tentou se alistar no Rio de Janeiro em 1890³². Essa conquista individual, a princípio bem-sucedida, nos permite afirmar que outras mulheres também tentaram ou estavam atentas aos debates acerca da questão. Entretanto, do ponto de vista de um movimento social, vale destacar as ações da baiana de nascimento professora Leonilda de Figueiredo Daltron (1859 ou 57-1935), que reivindicou o voto de forma coletiva e, em 1910 fundou o Partido Republicano Feminino a fim de fazer ressurgir no Congresso o debate sobre o

³⁰ Pinto, *Uma história do feminismo no Brasil*, p.36.

³¹ A historiadora Céli Regina Pinto apresenta uma leitura muito profícua para a compreensão da história do feminismo no Brasil a partir do destaque que deu à atuação de mulheres ditas “excepcionais” na disputa por direitos políticos. Se a minha leitura é correta, a autora denomina de “mulheres excepcionais” apenas sufragistas intelectualizadas pertencentes aos quadros das elites do Brasil. Penso que a noção de excepcionalidade deve ser estendida às outras mulheres trabalhadoras que estavam lutando de forma articulada por melhores condições de vida e no embate, inclusive, contra a desigualdade de gênero.

³² Pinto, *Uma história do feminismo no Brasil*, p.15.



voto feminino³³. Em novembro de 1917, Daltro organizou uma passeata com 84 mulheres, surpreendendo a população do Rio de Janeiro, o que contribuiu para deputados levantarem o debate na Câmara sobre a interpretação “restrita e errônea que excluía as mulheres do termo “cidadãos”, presente na Constituição”³⁴.

Nesse processo de militância pelos direitos políticos das mulheres, o nome mais conhecido na atualidade é o de Bertha Lutz, que assumiu uma posição de liderança entre as sufragistas a partir da FBPF. Com o seu “feminismo tático”³⁵, transitou bem entre os homens que comandavam as políticas públicas do país à época. Em 1936, Lutz, que ficou como suplente na eleição para Constituinte, assume a cadeira do deputado Cândido Pessoa, que havia morrido e, no mesmo ano, a Federação promove o III Congresso Nacional Feminista. A pauta era pressionar o congresso para aumentar os direitos das mulheres, mas os tentáculos do Estado Novo frearam toda a movimentação. No discurso de posse, Lutz lembrou a caminhada histórica das mulheres por direitos e, fazendo uso de uma retórica “tática”, a despeito de preservar uma postura conservadora, cobra acessibilidade para as mulheres afirmando que “o lar é a base da sociedade e a mulher está sempre integrada ao lar. Mas o lar não cabe mais no espaço de quatro muros. Lar também são a escola, a fábrica, a oficina, Lar é principalmente o parlamento onde se elaboram as leis que regem a família e a sociedade humana”³⁶. A FBPF, como vimos, não foi extinta, mas perdeu completamente seu espaço e, mesmo após a redemocratização em 1945, não teve mais expressão no cenário brasileiro”. Bertha Maria Julia Lutz militou

³³ O texto constitucional de 1891, ao definir os cidadãos brasileiros e os eleitores cidadãos maiores de 21 anos, não mencionou a mulher, nem mesmo para lhe negar direitos. A mulher simplesmente não existiu. Um documento que deixa claro a compreensão dos homens envolvidos na elaboração do texto, da exclusão natural da mulher.

³⁴ Rachel Soihet, *O feminismo tático de Bertha Lutz*, Florianópolis, SC, Mulheres, 2006, p.25-26.

³⁵ Conforme a formulação de Rachel Soihet, 2006.

³⁶ *Ibidem*, p. 149.



pelos direitos das mulheres até a sua morte, na década de 1970. Outros nomes encabeçaram as lutas por direitos políticos e justiça social fora da Federação, é o caso das anarquistas e mulheres trabalhadoras em geral, que lutavam por pautas mais amplas.

A BF, assim como outras revistas e periódicos de publicação livre, pararam de circular em 1937, quando todos os partidos políticos foram dissolvidos e, com isso, atropelou a ebulição de movimentos políticos pelos direitos sociais³⁷. Os movimentos feministas tiveram que rever e redirecionar os seus projetos, de modo que após a década de 1940, muitas mulheres de camadas sociais distintas e rivais na política, se aliaram às lutas contra a carestia e, inclusive, muitas das senhoras vinculadas a FBPF se aproximaram do Partido Comunista. Ou seja, a aproximação de feministas de tendência liberal e conservadoras com grupos mais à esquerda de orientação marxista.

É importante enfatizar, ainda, que a conquista pelo voto em 1932 resultou da articulação de muitas mulheres, algumas sem qualquer vínculo com a Federação ou com Bertha Lutz, outras que se aproximaram e depois romperam politicamente com o grupo de Lutz, como Maria Lacerda Moura. Dois nomes merecem destaque por nos apresentarem possibilidades de pensar outros marcadores sociais dentro das lutas feministas: Julia Alves Barbosa e Laudelina de Campos Melo.

Julia Alves Barbosa, do Rio Grande do Norte, em 1927, ao requerer seu alistamento, defendeu seus direitos em audiência sob alegação de ter “qualificação de maior, solteira, com rendimentos próprios, portanto, apta a

³⁷ Entre os anos de 1913 até o golpe que deu início à ditadura do Estado Novo, a jovem República brasileira vivia uma efervescência dos movimentos sociais e de trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho e acesso à política oficial. É nesse contexto que as feministas ganharam mais espaço de atuação.



exercer sua cidadania”³⁸. Em decorrência da atitude de Julia, outras mulheres também conquistaram o direito de votar no Rio Grande do Norte e a própria Julia foi eleita para a Câmara Municipal de Natal, conforme afirmou Céli Regina Pinto.

O nome de Laudelina de Campos Melo entre as feministas nos ajuda a pensar sobre as várias faces de gestação e avanços do feminismo no Brasil enquanto movimento social. Nascida em Minas Gerais, filha da mineira Maria Maurícia de Campos Melo e do baiano Marcos Aurélio de Campos Melo, abandonou os estudos ainda criança após a morte de seu pai. Mudou-se para Santos (São Paulo), aos 20 anos, para trabalhar como empregada doméstica, onde constituiu família. Sua atuação política ocorre em Santos, onde integrou a Frente Negra, um grupo que abrigava várias entidades e tinha como objetivo a ampliação política, conscientização social e aprimoramento cultural da população negra. É dentro da Frente Negra que surge a ideia de criar uma associação para empregadas domésticas como uma extensão do movimento. Com isso, Laudelina ficou responsável por liderar a Associação de Empregadas Domésticas de Santos. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra, em 1942, e as atividades políticas de sindicatos e associações proibidas, Laudelina se envolve em outras linhas de frente nas políticas do período, teve treinamento militar e, ao término da guerra, assumiu a liderança da Associação como presidenta³⁹.

Um breve cruzamento da biografia dessas personagens feministas contemporâneas a Adelaide e da maioria dos nomes conhecidos entre as feministas brasileiras do século XIX e XX conecta marcadores sociais como classe, raça e gênero, que não devem ser negligenciados para a compreensão do

³⁸ Pinto, *Uma história do feminismo no Brasil*, p.27.

³⁹ *Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade*, Rio de Janeiro, Zahar, 2000. p.398.



funcionamento do enfrentamento a dominação patriarcal e do funcionamento do gênero (pensado como regras estabelecidas nas relações de poder entre homens e mulheres) na sociedade brasileira.

Analisar a fundo os efeitos desses marcadores dentro dos movimentos sociais é uma tarefa que não cabe neste texto, embora seja possível algumas considerações por eles se conectarem às trajetórias das personagens mencionadas. De qualquer forma, cabem algumas colocações sobre o peso do gênero como uma corrente presa aos pés dessas mulheres que, cada uma à sua maneira, individualmente ou em grupo, arrastaram em suas lutas por melhores condições de vida. É um pouco o que será feito a seguir.

Possibilidades de pensar feminismos que não deixem corpos pelo caminho

Se a “primeira onda feminista” que ganhou visibilidade ainda no século XIX e primeira metade do XX reivindicava principalmente direitos políticos, como votar e ser votada, mas também direitos por melhoras das condições materiais de existência – sobretudo nas demandas das mulheres trabalhadoras anarquistas –, o foco da chamada “segunda onda”, verificada após os impactos da Segunda Guerra Mundial e nutrida pelos ecos de alcance mundial dos eventos de maio de 1968, agregou outras pautas aos movimentos sociais. Nesse novo cenário de disputas, ganharam maior visibilidade reivindicações pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado. Por isso, faz sentido a afirmação de Céli Regina Pinto e outras pensadoras do movimento feminista brasileiro de que o “novo feminismo” nasceu na ditadura.

Contudo, o que se entende por “segunda onda” feminista ou “novo feminismo” nada mais é do que uma readaptação e ampliação de estratégias de

Revista de História da UFBA, ISSN: 1984-6894. Edição 16, v 11, n.2, 2024.



lutas de muitas mulheres que foram robustecidas por um caldeirão de novas e velhas demandas que transbordaram com novos coloridos e sombras nos anos 1970 e foram ganhando novos contornos na dinâmica das próprias disputas dentro dos próprios movimentos feministas⁴⁰.

Nós, historiadoras (es) feministas, militantes públicas ou não, não devemos nos seduzir pelo excesso ou falta de documentos para o exercício de uma prática historiográfica de orientação feminista. A propósito dos equívocos que o fetiche por quantidades e tipologias de fontes podem nos levar, devemos pensar sobre o porquê determinados documentos sobreviveram e não outros ao tempo e aos homens, e foram preservados nos mais diversos “lugares de memória” do país⁴¹. Devemos ter em conta que o ato de preservar também é político. Os arquivos, bem como as instituições, são “indícios de uma falta” e que “existem mentiras gravadas em mármore e verdades perdidas para sempre”⁴². Uma falta de interesse por preservar evidências de sujeitos outros que possam tencionar com projetos políticos que tendem a conservar vestígios materiais que reificam o patriarcado. É válido lembrar que a sobrevivência do patriarcado como sistema de dominação só é possível porque homens e mulheres, ainda que inconscientemente, contribuem para a sua capilaridade, o que reverbera em silêncios da história, desigualdades social e violência de gênero⁴³.

Ao tratar de lutas de mulheres por direitos, inevitavelmente, se faz necessário pensar o problema do gênero por ser um marcador social importante para compreender a permanência das desigualdades entre homens e mulheres

⁴⁰ Ver: Pedro, “Narrativas fundadoras do feminismo”, 2006, p.249-272.

⁴¹ Para retomar, mais uma vez, a formulação de Pierre Nora, 1993, pp.07 – 28.

⁴² Henri Rousso, “O arquivo ou indício de uma falta”, *Estudos históricos*, v. 9, n.17, (1996), p. 85-91, <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2019/1158>, acesso em 01 jul. 2024.

⁴³ Não se trata aqui de uma menção à existência de um patriarcado universal, pois sabemos que este sistema não funciona em todos os lugares e também não se trata de um conceito a-histórico.



e, mesmo, as disputas no interior dos próprios movimentos sociais. É necessário enfatizar que o uso do conceito gênero neste texto não é no sentido biológico e/ou binário estritamente falando. Sabemos que o peso dado às diferenças sexuais é um produto da cultura. Portanto, “o fato de mulheres terem filhos ocorre em razão do sexo; o fato de mulheres cuidarem dos filhos ocorre em razão do gênero, uma construção social”⁴⁴. O gênero é o marcador social que ganhou contornos de naturalidade com o tempo e vem sendo o principal responsável por determinar o lugar das mulheres na sociedade. A propósito desse debate, Joan Scott desenvolveu contribuições importantes e formulou sua definição de gênero que ainda permanece atual, conforme o destaque do recorte abaixo.

[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas relações de poder, mas a direção da mudança não segue um sentido único⁴⁵.

Desde essa definição de Scott, o conceito de gênero ganhou uma série de novas leituras e desdobramentos específicos, como podemos verificar nos diversos trabalhos de Judith Butler, que problematizou, sobretudo para o que nos interessa aqui, os perigos de naturalizar o próprio gênero⁴⁶. Todavia, em termos gerais, tomaremos das teorias de gênero a possibilidade de compreensão dos mecanismos de organização social que orientam ações de diferenciação de poder entre homens e mulheres, o masculino e feminino, e como tudo isso

⁴⁴ Gerda Lerner, *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*, Tradução Luiza Sellera, São Paulo, Cultrix, 2019, p.48.

⁴⁵ Joan Scott, “*Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history*”, New York, Columbia University Press, 1989, (Tradução por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila), p.21.

⁴⁶ Judith Buttlar, *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (Tradução de Renato Aguiar), 2019, p.56-70.



implica em práticas sociais concretas que produzem violência simbólica e de gênero e sua internalização nas práticas cotidianas.

É pertinente destacar que esses processos de internalização de violências não são feitos sem algum grau de resistência. A questão é que se trata de processos de inculcação da dominação masculina instrumentalizada por doses homeopáticas de violência simbólica aplicadas no interior dos processos educacionais diluídas no cotidiano. A propósito do funcionamento da violência simbólica, Rachel Soihet destacou como teorias construídas e instauradas por homens estabeleceram discursos restritivos das liberdades, sobretudo com relação à autonomia feminina.

[...] a violência não se resume a atos de agressão física, decorrendo igualmente, de uma normatização na cultura, da discriminação e submissão feminina. Aliás, o avanço do processo de civilização, entre os séculos XVI e XVIII, corresponderia a um recuo da violência bruta, substituindo os enfrentamentos corporais por lutas simbólicas. Nesse período, a construção da identidade feminina se pautaria na interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos⁴⁷.

Esse projeto de dominação pela educação foi intensificado por produções de intelectuais iluministas que trataram de deslegitimar a racionalidade feminina pela construção de discursos sobre as desigualdades entre os sexos. Nesses discursos de representação do feminino, caberia à mulher, uma vez que tinha uma “racionalidade limitada”, a tarefa de “cumprimento dos seus deveres naturais: obedecer ao marido, ser-lhe fiel, cuidar dos filhos”. Nesses termos, a tarefa da educação da mulher seria prepará-la para a domesticidade. Não é possível uma leitura clara desses processos sem ter em conta o lugar ocupado pelas mulheres. Nessa linha, a proposta da interseccionalidade é útil para se

⁴⁷ Rachel Soihet, “Violência simbólica, saberes masculinos e representações femininas”, *Revista Estudos Feministas*, Vol.5, n.1, (1997), p.02, <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12558/11703>, acesso em 29 jun.2024, 07-29.



compreender e enfrentar as diversas faces das práticas de dominação/subordinação de grupos sociais⁴⁸.

Tendo em mente esses marcadores, é tempo de situar o lugar que a poetisa Adelaide de Castro Alves Guimarães estava inserida: uma mulher branca, oriunda dos quadros da classe dominante da sociedade brasileira. Portanto, o peso da sua origem social não deve ser desconsiderado. Esse seu lugar de classe e de raça (mulher intelectualizada, branca) lhe possibilitou mais acessos e um trânsito livre entre homens de poder e saber do país e em conexão com feministas conservadoras e liberais dentro do corpo editorial da BF. A poetisa assumia uma posição política sutil (postura que se coadunava com o perfil de muitas mulheres das elites do Brasil do século XIX), e soube jogar de forma estratégica com os discursos da feminilidade que eram ventilados no contexto histórico e meio social em que transitava.

O texto de apresentação da BF redigido por Iveta Ribeiro direcionado aos seus leitores apresenta evidências claras do perfil da revista e do público a quem encaminhava.

No lar ou na sociedade; na oficina ou no escritório; nas academias ou nos comércios, enfim, por toda parte onde hoje, incontestavelmente, se impõe a vossa vontade e a vossa cultura, fazei da nossa revista um pavilhão de espírito, de graça e de superioridade, não como órgão agressivo de um feminismo combativo e intransigente, criador de ridículos justificados e de antipatias derrotistas, mas como luminosa e

⁴⁸A interseccionalidade investiga como as relações interseccional de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária entre outros são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. Ver: Patrícia H. Collins, *“Interseccionalidade”* [recurso eletrônico]; Patrícia Hill Collins, Sirma Bilge, (tradução Rane Souza), 1. ed., São Paulo, Boitempo, (2020), p.15.



Como se pode notar no texto da diretora da BF que recorre ao lema da Revolução Francesa, e, marcando sua orientação teórica e política em direção aos ideais iluministas, assume em sua retórica uma postura de poder de classe que busca por leitores nos mais diversos grupos sociais e que a revista poderia ser levada e lida em diversos lugares, “no lar ou na sociedade; na oficina ou no escritório; nas academias ou nos comércios”. Apesar da especificação desses lugares sociais, a postura da direção da BF afasta leitores de camadas sociais com menor letramento formal e, também, com pautas dissidentes na medida em que busca por “um pavilhão de espírito, de graça e de superioridade, não como órgão agressivo de um feminismo combativo”. Nesses termos, a chamada da BF “deixa corpos pelo caminho”, exclui, de saída, feministas que não se adequavam as normas do “feminismo racional” encabeçado pela revista.

Vale observar, ainda, que o Brasil do início do século XX possuía uma população majoritariamente analfabeta: em 1921, a taxa é de 65% de não alfabetizados. Além dessa taxa apresentada por Natália Gil, ela ainda destaca que, se fizermos o recorte por gênero e raça, o número das pessoas “não alfabetizadas” são ainda mais alarmantes, fato que se mantém ao longo das décadas de 1930 e 1940⁵⁰. De modo que a BF se constitui em um veículo de comunicação de perfil elitista direcionada ao público alfabetizado e especializado. Apesar desse perfil da revista, não significa, entretanto, que as

⁴⁹ Iveta Ribeiro, “De início”, revista Brasil Feminino, nº 1 – fev., (1932), p.3, <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=160733&pesq=&pagfis=5>, acesso em 20 jun. 2024.

⁵⁰ Natália Gil, “Analfabetismo da população brasileira nas análises de Giorgio Mortara sobre o censo de 1940, *Revista Brasileira De Estudos De População*, 39, (2022), p. 1–15, <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/yLwbwzLcNBGRXsScPHmGTCm/?format=pdf>, acesso em 28 jun. 2024.



suas autoras não se interessavam pelas questões mais imediatas ligadas as demandas das mulheres trabalhadoras, embora não se possa comparar o compromisso social da BF com o esforço desempenhado por Laudelina de Campos Melo à frente da Associação de Empregadas Domésticas de Santos, por exemplo.

Talvez aqui resida a explicação para a crítica deferida contra o chamado “órgão agressivo de um feminismo combativo e intransigente”, como enfatizava a diretora da BF em seus textos mais duros. Por outro lado, não devemos desconsiderar as leituras coletivas em encontros de mulheres no interior das casas ou as trocas nas dependências de igrejas e outros palcos de sociabilidade⁵¹.

Os embates no interior do movimento feminista têm uma historicidade que devemos conhecer, por isso as diversas posturas políticas apontam para a ideia de pensarmos em feminismos no plural, já que o feminismo que ganhou visibilidade inicial tinha esse perfil conservador e pretensão de ser o único legítimo. Essa mesma tendência permaneceu nos movimentos posteriores⁵². Penso que o uso da categoria “feminismo” no singular não é de tudo sem importância, desde que ele una mais corpos respeitando as especificidades no interior da luta mais ampla. Mas, se o termo servir como pretensão para excluir feminismos outros, por não se enquadrarem nas suas normas, que se adote o uso no plural.

Guardados os devidos cuidados para não extrapolar em anacronismos infrutíferos, a proposta de um feminismo para todos, conforme a chamada da epígrafe e do texto de Bell Hooks, citados, pode ser verificada ainda nos textos

⁵¹ Maria Joana Pedro identificou essas práticas, ao entrevistar feministas que estavam em atuação mesmo antes da chamada “segunda onda” (PEDRO, 2006, p. 256).

⁵² *Ibidem*.



de Nísia Floresta e de outras feministas pioneiras, quando buscaram um diálogo com os homens do seu tempo, o chamado “sexo forte”, argumentando, de forma estratégica, que a educação científica para as mulheres impactaria em filhos mais preparados para a sociedade. Tendo em vista que eram as mulheres que cuidavam, na maioria dos casos, da educação básica dos filhos – realidade que ainda permanece –, essa leitura não é sem propósito.

A percepção clara de que o caminho contra a desigualdade entre homens e mulheres passava pela educação das meninas já era presente nos textos de mulheres brasileiras antes mesmo do século XIX. Entretanto, é importante marcar que muitos avanços na luta política de cunho feminista só foram possíveis e ganharam visibilidade, de modo a nos legar documentos para pesquisa, porque muitas mulheres atuaram, ainda que de forma estratégica, dentro mesmo de certas condições de subordinação e dependência.

De modo que o “feminismo tático”, conforme formulou Rachel Soihet, para analisar a militância de Bertha Lutz, também foi utilizado por muitas mulheres como recurso para intensificar o trabalho pela conquista da cidadania no Brasil. A trajetória política da professora e ativista Leonilda Daltro é um ótimo exemplo para verificarmos a efetividade do “feminismo tático”. Entre tantas outras estratégias, a professora Daltro se aproximou de homens de projeção política e firmou muitas alianças; estreitou laços de amizade com o jornalista e político Quintino Bocaiuva, fez campanha pela eleição de Hermes da Fonseca em 1909, através da Liga Feminil Hermes da Fonseca, ação que culminou na criação do partido político e intensificação da militância pelo voto feminino⁵³. Em uma época em que permanecia a ideia forte de que o espaço

⁵³ A aproximação da Professora Leonilda Daltro com o político e jornalista Quintino Bocaiuva, político nascido no Rio de Janeiro, filho de pai baiano, proprietário do jornal “O Paiz”, foi tamanha que este batizou a sua filha mais nova Áurea Daltro, nascida em 1893. Ver: Leonilda Daltro, *O início do feminismo no Brasil*, [recurso eletrônico]: subsídios para história / Leonilda



público da política era para homens, Leonilda Daltro, suas filhas, sua nora e tantas outras mulheres que compunham a Liga, somaram para enfraquecer as barreiras internas ao sistema patriarcal.

Daltro nunca se intimidou com os ataques que recebia por sua postura pública. Em 1920, com uma idade avançada, ainda tentava assumir o cargo de despachante municipal para o Rio de Janeiro; questionada sobre a sua postura, afirmou: “[...] não pretendo fazer exposições, nem tenho em vista meu próprio interesse, mas desejo forçar portas para que outras passem, e procuro estabelecer e firmar precedentes que possam aproveitar à mulher”⁵⁴. Para a professora Daltro “forçar portas”, muitas alianças foram feitas com personalidades públicas, homens e mulheres, intelectuais monarquistas e republicanos. Analisar o contexto de disputas da professora nos ajuda a entender suas falas em “respeito e gratidão” pela Monarquia sendo uma militante na República⁵⁵. Afinal de contas, a maioria dos homens e mulheres de projeção pública na Primeira República eram os mesmos da Monarquia. Essas aparentes contradições também aparecem na biografia de Adelaide Guimarães. Leonilda e Adelaide foram duas baianas notáveis e longevas que viveram tempos turbulentos na Monarquia e na República brasileira.

Uma análise da posição pública de Adelaide passa por entender que se trata de uma personagem complexa. Como sinalizado, Adelaide estava envolvida em ambientes intensos pela defesa de ideias republicanas ainda durante a Monarquia. Participou de debates importantes que definiram os

Daltro; introdução, notas e posfácio de Elaine Pereira Rocha. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2021. – (Coleção vozes femininas). Essa obra fornece elementos primorosos para uma análise da luta política pelos direitos das mulheres e sua campanha pela causa indígena da Professora Leonilda Daltro.

⁵⁴ “A professora Daltro quer ser despachante municipal – A explicação da sua conduta social”, *A Noite*, 30 de jul., 1920, p.2.

⁵⁵ Daltro, *O início do feminismo no Brasil*, 2021, p.35.



rumos do país, entre eles, se posicionou materialmente a favor da causa da abolição⁵⁶. Talvez por isso, apresenta admiração pela Princesa Isabel a ponto de parecer saudosa da Monarquia, assim como Daltro. Adelaide, por outro lado, se lançou na literatura com uma escrita poética que transita entre signos religiosos e pitadas eróticas que não se coadunam com a postura conservadora que ela pareceu ter preservado publicamente. O juramento feito por ela ao Sigma Integralista, se afinando com o posicionamento da BF, em 1937, me parece ser mais um elemento valioso para acessar a subjetividade dessa poetisa⁵⁷. Assim, sua atuação na BF serve de indício que nos permite acompanhar a posição pública de Adelaide, inicialmente por um “feminismo racional”, já que ela interferia junto ao grupo que escolhia o que seria ou não publicado na revista e, posteriormente, assumido uma postura pelo integralismo em sintonia com a posição da revista⁵⁸.

Além da colaboração direta, participando de bancas de concursos realizados pela Brasil Feminino, a exemplo do concurso para a escolha do “melhor poeta moço do Brasil”, publicando poemas na revista, cedendo material para a direção publicar, Adelaide também era uma espécie de

⁵⁶ Centenário de Adelaide de Castro Alves Guimarães, Correio da Manhã (RJ), ed.18707, dom. 21 mar. 1954. p.3,

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=34950, acesso 01, jul.2024.

⁵⁷ “A irmã de Castro Alves Adhere ao Integralismo”, O Malho (RJ) Ano 1937\Nº 200, I –IV-1937, p.31, <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pesq=&pagfis=87259>, acesso em 02. Jul.2024. Essa posição de Adelaide pelo Integralismo é um assunto para outro texto. Ainda não identificamos fontes com uma atuação enfática da poetisa pela causa. Por enquanto, temos apenas algumas matérias sobre o juramento feito ao Sigma.

⁵⁸ Sobre a atuação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) no contexto de disputas políticas no enfrentamento do fascismo que passou a ser um problema internacional e começava a se mostrar no Brasil a partir da criação da Ação Integralista Brasileira (AIB), criada por Plínio Salgado, ver: Dorge Alceno Konrad, “Trabalhadores brasileiros antifascistas, III Internacional e a Aliança Nacional Libertadora entre 1934 e 1935: história e historiografia”, In:, Clarice Gontarski Speranza (Org), *História do trabalho: entre debates, caminhos e encruzilhadas*, 2019, p.337-375



conselheira de algumas escritoras da BF⁵⁹. Tratada quase sempre como “escritora ilustre” pelas editoras da revista e em outros periódicos, a poetisa marcou a sua presença na BF até o fim da circulação da referida revista. Diante de tantos elementos, é possível afirmar que Adelaide foi uma “feminista silenciosa”, utilizou de uma sutileza comum às mulheres das elites do seu tempo, treinadas para serem “damas”⁶⁰. Adelaide transitou entre intelectuais de projeção pública no Brasil e desenvolveu trabalhos culturais importantes, muitos em parceria com Iveta Ribeiro, após o fim da circulação da *Brasil Feminino* em 1937.

Portanto, a biografia de Adelaide evidencia pistas sobre a dinâmica dos movimentos sociais em disputa pela construção da sociedade brasileira.

Considerações finais

As violências no interior de sociedades marcadas por desigualdades sociais e de gênero podem ser percebidas nas formas sofisticadas de apagamento de marcas de vida de mulheres. Quando Virginia Woolf, na Inglaterra da primeira metade do século XX, defende em seus textos a necessidade de as mulheres terem “um teto todo seu” para exercerem a sua liberdade criativa, ela estava falando de liberdade econômica, mas também de domínio do seu tempo e espaço para o exercício, sem amarras, da imaginação⁶¹.

A maioria dos nomes de mulheres que se destacaram nas lutas feministas no contexto brasileiro, no período em que este texto se ocupou, são mulheres

⁵⁹ “O nosso concurso: qual o maior poeta moço do Brasil”, *Brasil Feminino*, Rio de Janeiro, ano 1, n.11, Abr. p.7, 1933.

⁶⁰ A expressão “feminista silenciosa” foi retirada da definição feita pela feminista Rose Muraro para descrever a colaboração que Ecilda Ramos de Souza, diretora do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional — FNDE, lhe disponibilizou para a sua viagem ao México para participar da Conferência sobre a Mulher em 1975 (PEDRO, p. 254).

⁶¹ Virginia Woolf, “*Um teto todo seu*”, 1.ed. São Paulo, Tordesilhas, 2014, p.70-72.



que conseguiram algum tempo livre para o exercício de atividades públicas. Este texto deixou claro o peso dos lugares sociais nesse protagonismo público; umas com mais sacrifícios do que outras, é verdade, mas todas submetidas ao peso da feminilidade, conforme vimos.

Uma postura feminista precisa estar atenta às mais variadas estratégias de dominação capitalista sustentada pelas sutilezas do patriarcado que impacta diretamente sobre corpos em situação de vulnerabilidade social e afetiva. Não podemos achar que o patriarcado é obra apenas dos homens ou que são individualmente culpados pela penúria econômica, intelectual, emocional das mulheres. A própria trajetória do feminismo aponta a complexidade do problema. De modo que este debate fica fragilizado sem interseccionar raça, classe e gênero para compreendermos as especificidades dos feminismos no Brasil.

Guardadas as devidas particularidades das disputas no interior dos feminismos da chamada “primeira onda”, os nomes das feministas que foram destacados neste texto apresentam mais pontos de conexão do que afastamentos. O caminho do argumento pela educação especializada das mulheres sinalizado taticamente pelas feministas precursoras, desde que atualizado com as demandas do presente, ainda pode ser uma alternativa potente. Foi através da educação que homens de saber e poder se instrumentalizaram para, a partir de uma racionalidade de pretensão neutra e universal, exercitar a violência simbólica e demarcar o lugar do masculino e do feminino.

Apesar das diferenças, penso que os feminismos precisam extrapolar as barreiras do seu lugar social para somar forças e enfrentar o patriarcado e seus penduricalhos de preconceitos e, com isso, enfraquecer o sistema capitalista que tem se especializado em lucrar com as dissonâncias dos movimentos sociais



sequestrando o próprio termo “feminismo”. As disputas no interior dos feminismos têm ganhado novos tons que exigem vigilância para a preservação da eficácia das conquistas adquiridas historicamente. Precisamos abraçar a causa e lembrar sempre que o feminismo que liberta é para todos.

Destacar o nome da escritora baiana Adelaide de Castro Alves Guimarães entre tantas feministas em evidência na luta política nacional que nos legaram textos combativos em defesa dos feminismos do seu tempo, serve, entre outras coisas, para nos lembrar que as engrenagens que movimentam as máquinas nem sempre são visíveis, mas produzem efeitos que são sentidos nos corpos.

Revisitar a história dos feminismos no Brasil, tendo como foco as mulheres pioneiras, contribui para fornecer repertórios coerentes e verificáveis para a compreensão das batalhas pela cidadania no Brasil. A luta feminista é constante e deve abarcar todos os corpos. Não devemos deixar corpos pelo caminho.